

Elizete Menegat*

CRISE URBANA NA ATUALIDADE: INDAGAÇÕES A PARTIR DO FENÔMENO DA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS POBRES EM ASSENTAMENTOS ILEGAIS

INTRODUÇÃO

Se há um sentimento atualmente compartilhado, é o da crise de nosso tempo. Assim Claude Lefort inicia o ensaio “O imaginário da crise”. Conforme a literatura examinada pelo autor, a experiência atual de viver em crise tem sua origem estreitamente enlaçada ao conjunto de mudanças que culminou nas formas de dominação burguesa instituídas no século XVIII. Em outras palavras, a crise como noção de instabilidade, desordem e iniquidade permanente instalou-se já na aurora da modernidade. É, nesse sentido, um elemento permanente e intrínseco à própria condição da modernidade que apresenta, de tempos em tempos, movimentos bruscos de agravamento. *A desordem, diz ele, está ligada à essência do moderno. A desordem está fora de nós e dentro de nós* (Lefort, 1996: 32).

Não pretendemos, aqui, reproduzir todos os fios interessantes que tecem o argumento dos *profetas da crise*, conforme se refere Lefort. Desejamos, contudo, valorizar as seguintes idéias apresentadas por este autor. Em primeiro lugar, salientamos a idéia de que a *crise do nosso tempo* tem raízes na modernidade, sendo, portanto, historicamente determinada. Em segundo lugar, que ela é um fenômeno que, na atualida-

* Doutora em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal de Juiz de Fora.

de, alcança a experiência social na sua totalidade: *Refiro-me a uma crise geral – crise da cultura ou da civilização, crise da Razão ou do Espírito, crise do Ocidente ou da Humanidade*. Em terceiro lugar, relevamos a percepção do autor para tendências de irreversibilidade do patamar atual de crise, no qual se encontra mergulhado o Ocidente. Sintomas desta irreversibilidade poderiam ser tomados a partir da observação cotidiana de sinais de decomposição interna da civilização. Em oposição à crença nas potencialidades ilimitadas do progresso, como recurso para o enfrentamento da crise, Lefort vê *a imagem de uma civilização que traz em si a barbárie, a de um curso irreversível da história e de um futuro imprevisível, a de uma ruptura entre progresso material e a vida moral* (Lefort, 1996: 36).

Segundo Harvey, a crise da modernidade sofreu uma inflexão profunda a partir da metade dos anos setenta do século passado. A partir de então, propõe o autor, toda experiência social deve ser interpretada como experiência de viver em crise.

Trata-se de uma crise que atravessa as formas de ordenamento político, econômico, cultural, religioso e que, indissociavelmente, alcança as formas de ordenamento espaço-temporal da sociedade ocidental em vias de “urbanização completa” (Léfèbvre, 1983).

Em outras palavras, este movimento de inflexão da crise ocorrido na década de setenta encontra-se associado à crise econômica produzida pela super-acumulação, à crise política do Estado de Bem-Estar e à crise de conteúdo cultural e religioso que afetou todo o Ocidente – tanto o centro quanto a periferia. Em resumo, neste período, entram em cena: o neo-liberalismo econômico e político (ideário que busca combinar o máximo de liberalismo econômico, com o mínimo de democracia política), a flexibilização do modelo de produção industrial, o aprofundamento das tecnologias poupadoras de mão de obra, as mudanças na forma da família tradicional e o declínio irreversível do catolicismo, da moral e da ética. Associadas a estas mudanças ocorreram, no período assinalado, mudanças profundas na estrutura espaço-temporal do mundo ocidental: ao aceleração da tendência de urbanização completa da sociedade correspondeu o processo de deslocamento das fronteiras entre o urbano e o rural e entre o público e o privado.

CRISE URBANA: DESAFIOS PARA UMA REPRESENTAÇÃO ANALÍTICA ADEQUADA

A crise atual desafia não apenas os limites postos ao enfrentamento da desordem concreta do mundo, mas, igualmente, os limites das formas de conhecimento e representação deste mundo. Que conceitos, que categorias, que imagens, que ilustrações podem expressar a quantidade e a qualidade das transformações que tão velozmente ocorrem no espaço

e na sociedade? Como pensar o futuro desta sociedade formada de tão numerosos indivíduos concentrados em cidades, produzindo sistemas de necessidades, sobretudo materiais, crescentemente complexos? Como interpretar a concentração galopante da pobreza e da miséria nas cidades, nos últimos trinta anos?

Na literatura encontramos opiniões de autores como Peixoto (1996), que afirmam que a crise urbana é irrepresentável. Segundo Peixoto, não existe linguagem capaz de representar as mudanças, em curso, na forma urbana. As formas arquitetônicas e urbanísticas que se encontram associadas à expansão urbana contemporânea estão armando a cidade com uma nova trama, que é *irrepresentável: O tecido se esgarça, fraturas rasgam a cidade. Um estilhaçamento que converte a nebulosa urbana num amálgama de áreas desconectadas* (Peixoto, 1996: 519).

Zonas com elevadíssimo adensamento, espaços saturados constituídos pela sobreposição de inscrições e pelo acúmulo de coisas e detritos, coexistem com imensas áreas abandonadas. A expansão urbana acelerada subverte as formas urbanas tradicionais, formando *hiatos na narrativa urbana, interrupções no seu contínuo histórico* (Peixoto, 1996).

Segundo o autor, estamos diante do *sublime*, do *irrepresentável*, do *indizível*, do *incomunicável*. Assim como o instante do clarão de um raio em meio à tempestade não pode ser representado na pintura de uma paisagem, também o conjunto arquitetônico e urbanístico da grande cidade contemporânea desafia todas as formas de representação. Como na lendária Torre de Babel, presenciamos a *desarticulação das linguagens particulares e, portanto, a incomunicabilidade*:

Babel figura na história da arquitetura aquilo que a tempestade indica na da pintura: a equivalência de projeto e ruína. Numa só construção o intuito e sua impossibilidade. Como o clarão de um raio, que atenta contra a própria pintura. O efeito babélico da tempestade: apresentar o irrepresentável (Peixoto, 1996: 523).

É, efetivamente, sob o signo da crise das metrópoles que se abriu este novo milênio. Sua gravidade é de tal ordem que se tornou realmente difícil especular sobre o futuro das grandes cidades. Contudo, esforços direcionados no sentido de criar formas adequadas para a representação da crise urbana contemporânea foram desenvolvidos por Henri Léfèbvre, ao longo de, praticamente, toda sua obra. As grandes cidades tornaram-se verdadeiramente desmedidas: ultrapassaram as medidas tradicionalmente utilizadas para a representação da realidade urbana. Conforme Léfèbvre, instalou-se a cegueira sobre algumas zonas da realidade.

No final dos anos sessenta e início dos setenta, Léfèbvre lançava ao público um conjunto de reflexões filosóficas sobre o processo de urbanização do mundo ocidental. Nestas obras, observa-se o esforço realizado pelo autor em direção à percepção do fenômeno da urbanização como totalidade: *aquilo que objetivamente analisamos é um todo* (Léfèbvre, 1983: 24).

Este autor preocupou-se com a problemática que se abria diante da perspectiva de urbanização total da população do mundo ocidental. O autor não se debruçou apenas sobre a problemática da cidade individual, mas sobre a totalidade do espaço urbano. Léfèbvre foi o primeiro autor que refletiu seriamente sobre o fato de que o mundo ocidental caminhava irreversivelmente para a *urbanização total*. A este momento de incerteza e perplexidade diante do futuro, ele denominou de *fase crítica*.

Para referir-se aos desafios de representação da *fase crítica* configurada pela urbanização completa da sociedade, Léfèbvre construiu a sugestiva imagem da *caixa-preta*:

Até o momento, a fase crítica comporta-se como uma “caixa preta”: sabe-se o que entra, vislumbra-se, às vezes, o que sai, porém, não se sabe exatamente o que ocorre no seu interior. Tal situação torna impossíveis os procedimentos habituais da perspectiva ou da projeção que extrapolam, a partir do atual, isto é, do constatado (Léfèbvre, 1983).

A *fase crítica* indica a existência de um movimento de transição em direção a um devir aberto, incerto. Sem possibilidades de *re-presentar* o presente, torna-se impossível fazer projeções sobre o futuro da sociedade completamente urbanizada, com elevadas taxas de crescimento demográfico.

Léfèbvre situou a trajetória da urbanização do ocidente sobre um eixo temporal linear. Sobre a linha do tempo cuja flecha parte de um ponto zero e direciona-se a um ponto 100, o autor identificou três momentos distintos da cidade ocidental: a *cidade agrária*, que correspondeu ao modo de produção escravista da Antigüidade; a *cidade comercial*, que correspondeu ao modo de produção feudal, no período medieval, e a *cidade industrial*, que emergiu na modernidade.

CIDADE AGRÁRIA > CIDADE COMERCIAL > CIDADE INDUSTRIAL > ZONA CRÍTICA
 0% > > > 100%

Léfèbvre observou *zonas críticas* nos momentos de transição da cidade antiga para a cidade medieval e, desta, para a cidade capitalista. Segundo o autor, esses momentos de passagem, de transformação profun-

da nas formas e nos conteúdos sociais, não alcançaram representação satisfatória. Assim, ele denominou estes momentos de *campos cegos*: “campos de guerra e conflito”.

Não se trata unicamente de campos obscuros, incertos e mal explorados; tratam-se de campos cegos assim como existe na retina um ponto cego, centro da visão e, no entanto, sua própria negação [...]

Os campos cegos se instalam na re-presentação. Em primeiro lugar, se dá a *apresentação* dos fatos e dos conjuntos de fatos, a forma de percebê-los e de agrupá-los. Depois tem lugar a *re-presentação*, a interpretação dos fatos. Entre esses dois momentos, e em cada um deles, produzem-se ignorâncias e mal entendidos (Léfèbvre, 1983: 35 e 37).

O autor expressou inquietação diante da insuficiência dos mecanismos tradicionalmente conhecidos de representação da realidade, que ocultam a percepção do *espaço* como parte indissociável do todo. *Em que consiste a cegueira? Não se vê o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana). Não o vemos ainda.* No trecho abaixo, apontou distorções do olhar que dissocia os objetos do *fundo* onde se fixam e que dissocia tensões sociais do quadro onde se inscrevem:

Se há cegueira, esta não é devida unicamente ao fato de que os objetos não são percebidos e que o espaço parece encontrar-se vazio [...] A cegueira consiste em que não se vê nem a forma do urbano nem os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético [...] unicamente se vêem coisas, operações, objetos (funções) (Léfèbvre, 1983: 48).

Seguindo as indicações de Léfèbvre, pode-se interpretar que os *campos cegos* produzem-se a partir de um determinado modo de analisar a realidade (a totalidade) que dissocia os conteúdos sociais das formas espaciais onde estes se inscrevem sem que, depois, sejam reunidos na totalidade. Assim, as formas espaciais são abstraídas dos conteúdos sociais e os conteúdos sociais, por sua vez, abstraídos das formas, sem que, em algum momento, a reflexão torne a reunir aquilo que, na realidade, apresenta-se indissociável. Ao longo de sua obra, Léfèbvre buscou elucidar o significado da palavra forma:

Para definir a forma deve-se partir, portanto, da lógica formal e das estruturas lógico-matemáticas. Não a fim de isolá-las e fetichizá-las, mas sim, pelo contrário, a fim de surpreender sua relação com o “real” [...] Não há forma sem conteúdo. Não há

conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise, é sempre uma *unidade* entre a forma e o conteúdo (Léfèbvre, 1979: 83).

Em *Lógica formal, lógica dialética*, o autor insistia:

O Método não deve desdenhar a lógica formal, mas retomá-la. Portanto o que é esse método? É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo [...]. A lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ligação interna e necessária das partes no todo.

Esse pensamento move-se no tempo, mas se inscreve no espaço; determina nele seu trajeto, realiza um percurso, e, sob esse aspecto, não pode separar-se da práxis, da *realidade* (Léfèbvre, 1979: 21 e 22).

Nessa obra, Léfèbvre insiste na necessidade de re-unir aquilo que a metafísica separou: o sujeito e o objeto; a compreensão e a extensão do fenômeno; a forma e o conteúdo. *Essa metodologia pode ser chamada de: método dialético que incorpora a lógica*. Este autor abriu as portas para um debate fecundo sobre a necessidade de construir formas adequadas de representação do espaço urbano. Ao propor integrar ao pensamento os instrumentos capazes de re-unir forma e conteúdo social, indicou um caminho fértil para a compreensão do *espaço social*, este termo tantas vezes empregado sem significação precisa pelos que se envolvem no campo dos estudos urbanos (Léfèbvre, 1979: 12).

Seguindo as sugestões de Léfèbvre, pode-se pensar a crise urbana como crise das formas estruturadas de apropriação do espaço social e, indissociadamente, crise dos conteúdos estruturados da ação social; como crise do sujeito e da sua objetividade: desordem e instabilidade, então, que se estendem à totalidade dos domínios da vida social.

Observada a partir da nossa condição periférica no mundo ocidental, esta crise diz respeito ao esgotamento do modelo de relações socialmente estruturadas, no espaço e no tempo, entre homem e natureza, entre campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e *sem-propriedade*, entre civilização e barbárie. Podemos acrescentar que a crise urbana alcança de maneira muito diferente as distintas classes sociais: a *classe dos proprietários* e a *classe dos sem-propriedade*. A crise urbana impõe, para os pobres urbanos, a experiência terrível de viver como moradores indesejáveis, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação – ou à remoção, para empregar um termo técnico oriundo do campo do planejamento urbano.

Consideramos, então, a hipótese de que o movimento acelerado de concentração dos pobres em propriedades ilegalmente ocupadas,

nas últimas três décadas, expressa a face mais aguda do que se pode denominar de crise urbana. Trata-se de um indicador contundente que aponta que, definitivamente, os pobres não têm lugar no território: depois da longa e tenebrosa trajetória de expropriação do campo, ainda não encontraram terreno para garantir dignamente sua sobrevivência na cidade. Consequentemente, o seu futuro permanece ameaçado.

SOBRE A CONCENTRAÇÃO DOS POBRES EM ASSENTAMENTOS ILEGAIS

Podemos dizer que estamos no olho do furacão, isto é, no centro, de um movimento de transformações em nível global que, velozmente, vem concentrando a população nas cidades e submetendo parcelas significativas deste contingente à sobrevivência em condições indignas. Para o diagnóstico da gravidade da crise urbana atual, consideramos, não só o aumento veloz do desemprego e do trabalho precarizado mas, também e, indissociavelmente, o movimento de compressão acelerada da pobreza em assentamentos ilegais nas grandes e médias cidades. A reprodução da vida encontra-se ameaçada nestas regiões das cidades que, oficialmente, são denominadas de “invasões”. Ao nosso ver, as tensões que daí vêm surgindo, são potencialmente capazes de comprometer a coesão da sociedade e o futuro das cidades. Trata-se de uma situação que não encontra precedentes na história da civilização e, por isto, é difícil imaginar o seu desdobramento.

Vamos denominar de *sem-propriedade* esta legião crescente de excluídos do acesso às formas legais de propriedade da terra urbana, bem como dos serviços e equipamentos públicos indispensáveis à reprodução da vida nas cidades. No Brasil, as regiões do território urbano onde, historicamente, se concentram os *sem-propriedade* são denominadas de favelas ou vilas populares. Do ponto de vista da composição étnica, seus moradores são massivamente constituídos por afrodescendentes. As áreas de risco, tais como, encostas de morros e terrenos alagadiços, são, por excelência, o lugar que ocupam na cidade.

Com base em indicadores do crescimento da pobreza em *bairros marginais*, o relatório da ONU-Habitat de 2003, intitulado *The challenge of slums*, comparava metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo a *bombas-relógios*, aptas a explodir a qualquer momento (*Jornal O Globo*, 2003; *Jornal do Brasil*, 2003). Em São Paulo, por exemplo, metade da população – 5,5 milhões – vive em áreas ilegal e irregularmente ocupadas. O conjunto de tais áreas representa, apenas, 17% do território desta cidade. Dito de outra maneira, a outra metade dos habitantes desta cidade ocupa 83% do território urbano (*Folha de São Paulo*, 2000).

Na cidade do Rio de Janeiro, segundo dados da Prefeitura Municipal, um terço da população, cerca de 2 milhões de cariocas, vive

em terrenos ilegal ou irregularmente ocupados. Nesta cidade existem, atualmente, 1.500 assentamentos ilegais. Deste total, 90% não possui título de propriedade da terra e quase todos ocupam áreas de risco tais como encostas, áreas próximas de rios, canais e lagoas. Entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu um aumento de 450 novas áreas. Nestas áreas, a taxa de crescimento da população foi de 2,4% ao ano, enquanto na cidade formal, a taxa de crescimento vegetativo foi de 0,3%. Dados semelhantes sobre o crescimento dos assentamentos ilegais podem ser observados em todas as demais metrópoles brasileiras.

Mas, tal fenômeno não se restringe ao território brasileiro. Todas as grandes cidades do mundo ocidental – sejam as dos países centrais ou as da periferia latino-americana – enfrentam, em maior ou menor medida, a problemática do crescimento interno dos *sem-propriedade*. Acreditamos que este fato constitui o cerne da crise urbana na atualidade. Conforme dados da ONU-Habitat, 31,9% dos habitantes da América Latina e Caribe vivem, atualmente, em “bairros marginais”. E, este percentual cresceu para 6,2% na Europa (*Jornal do Brasil*, 2003).

As favelas brasileiras, os guetos negros das cidades americanas e os conjuntos habitacionais na *banlieue* francesa são exemplos da tendência de crescimento dos *sem-propriedade* nas cidades ocidentais. Nos países centrais, os *sem-propriedade* ocupam edifícios velhos e degradados. Nos países periféricos, densificam favelas existentes e formam novas favelas em lugares cada vez mais distantes, das fontes geradoras de emprego e renda.

Contudo, é certamente aqui, nas grandes cidades da periferia do mundo ocidental que a crise adquire sua face mais perversa, submetendo gigantescas massas de pobres e miseráveis à incerteza, à aleatoriedade e à possibilidade de extermínio. Este parece ser o elemento central da crise urbana atual: o futuro é absolutamente negado para uma parcela cada vez maior de moradores pobres da cidade. O crescimento constante da violência urbana é sem dúvida, um indicador eloquente do agravamento desta situação.

Não se trata, portanto, de um problema restrito a algumas cidades e a grupos minoritários. Se constatarmos que, tendencialmente, a realidade impõe para a maioria dos moradores das grandes e médias cidades a condição de viver em assentamentos ilegais, então podemos afirmar que estão em curso mudanças profundas no modo hegemônico de estruturação da propriedade do território. Neste sentido, consideramos que a análise dos conflitos em torno da propriedade do território tornou-se chave para a explicação da atual configuração da realidade social.

Trata-se, pois, de diagnosticar a existência de disputas, entre classes e frações de classes sociais, por um lugar na divisão territorial em propriedades e não, apenas, de disputas por um lugar na divisão social

do trabalho. Em outras palavras, a compreensão da realidade social – da totalidade social – exige a análise dos sujeitos e das relações de produção historicamente estruturadas, mas, também, e, indissociavelmente, a relação destes com as formas estruturadas de apropriação do território que encerram as lutas por cidadania e o direito de viver na cidade.

A realidade dos assentamentos ilegais já alcançou representação cartográfica nos mapas atuais de várias cidades brasileiras. Nessas cartografias, observamos que a extensão do tecido urbano que foi tramado pela malha de propriedades “legais”, encontra-se vazada, digamos assim, por extensas regiões onde prevalecem as formas “ilegais” de ocupação do solo. Por não apresentarem o título da propriedade e, portanto, não serem reconhecidos como proprietários, estes moradores são considerados indesejáveis na cidade. Por não terem o acesso à forma privada de propriedade, única juridicamente considerada legal, também não têm direito aos serviços públicos, a não ser através das negociações clientelistas, onde tudo é conduzido para o âmbito da troca de favores.

Como esta realidade foi produzida? Como pesquisar sua gênese e estruturação?

Ao utilizar os termos proprietário e *sem-propriedade*, estamos sugerindo um sistema de classificação social que considere os indivíduos, não apenas a partir do lugar que ocupam no sistema de produção das riquezas – a partir da função exercida na divisão social do trabalho – mas, também, indissociavelmente, a partir da forma – legal ou ilegal – de apropriação territorial que os mesmos utilizam. Isto exige inscrevermos o fenômeno da segregação sócio-espacial no movimento da gênese e da estruturação, no espaço e no tempo, do modo de produção e do modo de propriedade que tão singularmente configuraram a civilização ocidental moderna.

Ao recriar a propriedade privada, o proprietário moderno criou o seu *outro*, o *sem-propriedade*. Este fato, poucas vezes lembrado, encontra-se instalado no coração da noção moderna de ordem e desordem. Na Antigüidade clássica prevaleceu a situação em que o *outro*, o bárbaro, encontrava-se fora dos limites territoriais da civilização. Fora, portanto, dos limites do Ocidente, o que queria dizer fora do espaço social estruturado em propriedades públicas e privadas. O bárbaro capturado tornava-se escravo e, nesta condição jurídica era-lhe assegurada a sua reprodução – mesmo que indignamente – na propriedade privada. Excluído do acesso ao público e ao privado, o *sem-propriedade* moderno perpetua-se na condição de habitante ilegal. Assim, as reflexões sobre a crise do nosso tempo, se desejam alcançar maior objetividade, devem considerar este fato.

O dilema dos *sem-propriedade* tem raízes profundas no modo de urbanização hegemônico no Ocidente e não apenas no modo de produção que se consolidou na modernidade. O movimento de formação dos *sem-propriedade* começou nos séculos XI e XII, coincidindo, justamente, com o renascimento da cidade em todo ocidente medieval. Este processo ocorreu a partir da colonização do norte da Europa e da revitalização da extensa rede urbana que havia sido destruída pelo transbordamento da barbárie, entre os séculos III e V, quando ocorreu o declínio do Império Romano.

O renascimento da urbanização no ocidente do século XI ocorreu através da sobreposição violenta das formas de ordenamento territorial que haviam definido o ocidente na antiguidade. No século XVI, quando os ocidentais estenderam seu território anexando o Novo Mundo, fizeram-no segundo este mesmo modo de colonização. Na tradição do ocidente, desde a Antigüidade, a urbanização é um modo específico de colonização que se implanta mediante a lógica da desapropriação do *outro*.

É nesse sentido que se pode falar que o continente americano é parte indissociável do ocidente. Consideramos, portanto, a gênese e o desenvolvimento do modo de urbanização do Ocidente, como um todo estruturado de centro e periferia. Assim, propomos inscrever a experiência urbana brasileira e latino-americana num roteiro reflexivo que a considere como parte indissociável da totalidade da experiência urbana do mundo ocidental.

O modelo ocidental de colonização consolidou-se a partir da estruturação de um modelo específico de apropriação territorial indissociavelmente ligado às atividades de produção agrícola e extrativismo voltadas à exportação. Desde os primórdios do século XVI, em toda a América, este modelo vem produzindo continuamente massas de desterritorializados, de moradores ilegais, de *sem-propriedade*. Hoje, tendem a se concentrar, majoritariamente, nas cidades e metrópoles. Encontram-se concentrados, amontoados em porções relativamente pequenas do território, onde sobrevivem com meios precários.

Nesta direção, a gênese da pobreza e da iniquidade que conformam a atual crise das cidades brasileiras e latino-americanas não pode ser dissociada da gênese e da estruturação do modo ocidental de civilização que aqui foi iniciado com a colonização do país, há 500 anos. A violência da expropriação da base fundiária dos nativos, a morte, o saque, a destruição de aldeias inteiras de índios e a transformação dos sobreviventes em escravos ou párias diante do homem civilizado ocorreu de maneira ininterrupta e intensiva durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Estes acontecimentos vinculados à acumulação primitiva estão na gênese das transformações que vieram estruturar o modo de produção capitalista, indissociavelmente, no centro e na periferia do mundo ocidental.

Desde o período colonial, observa-se, em toda a América, a formação de inumeráveis deserdados, constituídos por descendentes de índios e de africanos excluídos das formas legais de apropriação do território. O processo republicano de instituição jurídica da forma público-privada de apropriação do território veio, definitivamente, determinar o lugar que lhe coube no território da cidade e do campo: o assentamento ilegal.

A partir de formas alternativas de apropriação da terra urbana, os *sem-propriedade* geraram uma forma-conteúdo própria de viver: os assentamentos ilegais. A favela e os assentamentos ilegais constituem a forma de viver do *outro* na cidade. Sua trama sócio-espacial interna é claramente distinta da ordem urbana fundada na trama de propriedades público-privadas hegemônica na cidade ocidental. Este corpo social, espacialmente definido no interior da cidade, é predominantemente formado pelos excluídos, parcial ou totalmente, não apenas das fontes de emprego e renda, mas também, e indissociavelmente, das formas legais de acesso à propriedade do solo e do acesso pleno e universal às redes de serviços públicos considerados imprescindíveis à reprodução da vida nas cidades tais como: transporte, saúde, educação, água, saneamento, pavimentação, iluminação e lazer.

A crise urbana atual alcança a totalidade do Ocidente, mas, é na sua periferia que a face mais perversa se apresenta. Aqui, nas fronteiras do Ocidente, interpretamos a segregação crescente dos *sem-propriedade* em áreas ilegalmente ocupadas do território das grandes cidades como expressão dos limites desta forma e deste conteúdo civilizatório.

BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Theodor y Horkheimer, Max 1985 *Dialética do esclarecimento* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Alfonsin, Betânia e Fernandes, Edésio 2003 *A lei e a legalidade na produção do espaço urbano* (Belo Horizonte: Del Rey).
- Berman, Marshal 1990 *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Bosi, Alfredo 1999 *Dialética da colonização* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Castel, Robert 1998 *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Petrópolis: Vozes).
- Engels, Federico 1980 *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

- Folha de São Paulo* 2000 (São Paulo) 4 de julho.
- Harvey, David 1993 *Condição pós-moderna* (São Paulo: Loyola).
- Ianni, Octavio 1981 *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia* (Petrópolis: Vozes).
- Jornal do Brasil* 2003 (Rio de Janeiro) 7 de outubro.
- Jornal O Globo* 2003 (Rio de Janeiro) 7 de outubro.
- Kosik, Karell 1976 *Dialética do concreto* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Léfèbvre, Henri 1979 *Lógica formal, lógica dialética* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Léfèbvre, Henri 1983 *La revolución urbana* (Madrid: Alianza).
- Lefort, Claude 1996 “O imaginário da crise” em Novaes, Adauto (org.) *A crise da razão* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Martignetti, Giuliano 1999 “Propriedade” em Bobbio, Norberto (org.) *Dicionário de política* (Brasília: Universidad de Brasília).
- Marx, Karl y Engels, Frederik 1986 *A ideologia alemã* (São Paulo: Hucitec).
- Menegat, Elizete 2003 “Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos”, Tese de Doutorado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Menegat, Marildo 2003 *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie* (Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ).
- Peixoto, Nelson Brissac 1996 “Cidades desmedidas” em Novaes, Adauto (org.) *A crise da razão* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Polanyi, Karl 2000 *A grande transformação: as origens da nossa época* (Rio de Janeiro: Campus).
- Santos, Milton 1999 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Singer, Paul 1973 *Economia política da urbanização* (São Paulo: Brasiliense).
- Villaça, Flávio 1998 *Espaço intraurbano no Brasil* (São Paulo: Studio Nobel/Lincoln Institute).
- Wacquant, Loïc 1995 “Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa” em *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo) N° 43.